

"Day Zero Attack e a LGPD: Empresas e Governos estão preparados?"

Proponente

Nome do(a) proponente

Jane Kaunert

Estado

SP

Organização

Kaunerth Direito Digittal

Setor

Empresarial

Co-Proponente

Nome do(a) co-proponente

Cristina Mendes Hang

Estado do(a) co-proponente

SP

Organização

Kaunerth Direito Digittal

Setor do(a) co-proponente

Empresarial

Formato do workshop

Formato

Mesa redonda

Outros

Resumo do workshop

Existe a necessidade de aumentar a conscientização sobre as ameaças iminentes da Internet, sobretudo com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados, que no contexto das boas práticas de segurança, terá que lidar com o fenômeno "day zero attack". Esse é um dos principais desafios de segurança para empresas e para o governo, pois este possui um cronograma de vulnerabilidade específico. A preocupação é legitimada pela necessidade de garantir a proteção dos dados pessoais de seus titulares.

Objetivos e conteúdos do workshop

O objetivo do workshop é alertar a sociedade global quanto aos riscos à que empresas e governos estão submetidas, não apenas quanto às ameaças, como também no que tange à responsabilidade perante o Marco Civil da Internet e a LGPD de que entrará em vigor a partir de agosto de 2020. Demonstrar de forma prática como visualizar estes eventos na linha do tempo, e propor debates acerca do papel da Agência Nacional de Proteção de Dados e do Ministério Público. Os casos de vazamentos de dados que ocorreram no ano de 2018 serão apresentados, no sentido de avaliar lições a serem aprendidas no contexto de vulnerabilidade e demonstrar que não é apenas limitado à questões técnicas da TI, mas principalmente de políticas dentro das corporações. O que se esperar das

(95) - “Day Zero Attack e a LGPD: Empresas e Governos estão preparados?”

empresas que coletam nossos dados pessoais neste contexto? Quais os mecanismos de verificação para garantir que excessos não serão praticados? Como cumprir com os requisitos legais respeitando os princípios da transparência, o legítimo interesse, e a privacidade do cidadão, sem prejuízo à economia digital? Para essas e outras questões de segurança de dados que este trabalho procurará contribuir trazendo algumas respostas e promovendo os debates. Não considerar tais ameaças pode implicar em negligência às novas Leis, sobretudo quanto às boas práticas citadas ao longo do texto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Relevância do tema para a Governança da Internet

O tema da defesa cibernética para a Governança da Internet bem como para a Proteção de Dados Pessoais é matéria de interesse e de preocupação recorrente, para empresas e órgãos governamentais. Por experiência dos expositores, as empresas continuam pecando nem tanto pela negligência, mas pelo desconhecimento. Considerando o exposto, indispensável se torna a discussão multisetorial sobre o tema. Oportunidade para compartilhar ferramentas para auxiliar o usuário da internet a reconhecer o processo invasivo no rastreamento de dados, possibilitando atender às expectativas de privacidade de cada usuário bem como de todo ecossistema da Internet.

Forma de participação dos(as) palestrantes

A mesa redonda será pautada por 4 perguntas orientadoras sobre o tema, relacionadas com o contexto nacional, eventualmente acompanhadas de implicações internacionais, previamente apresentadas aos palestrantes e ao público. As perguntas orientadoras serão transmitidas em telão disponibilizado pela organização do evento. Cada um dos palestrantes responderá às perguntas pertinentes em sua fala inicial de 15 minutos. Serão permitidas apresentações de PPT de até 5 slides, que deverão ser enviadas ao menos 5 dias antes da realização do painel. A moderação e relatoria terão a função de dinamizar as falas por meio de provocações oriundas da audiência para fomentar um debate entre os convidados.

Engajamento da audiência presencial e remota

Após a fala dos palestrantes haverá um momento para participação do público, que poderá encaminhar perguntas e fazer colocações sobre o tema proposto. As intervenções poderão ser feitas por microfone, em papel, ou por meio da participação remota. As perguntas da audiência serão direcionadas aos debatedores indicados, sendo que o tempo de resposta se restringirá a 3 minutos.

Resultados pretendidos

O desenvolvimento da cultura de cibersegurança deve melhorar o acesso e o comércio, respeitando o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Reafirmar que os cookies são importantes para a praticidade do consumidor, desde que mantenham as finalidades a eles consentidas, como por exemplo, no caso de compras on-line.

Evidenciar a necessidade de promover, desenvolver, implementar e compartilhar ferramentas para auxiliar o usuário da internet a reconhecer o processo invasivo no rastreamento de dados por meio de cookies sem que limite o desenvolvimento tecnológico da sociedade, permitindo que atendam às expectativas de privacidade de cada usuário.

Ressaltar a necessidade de se garantir o respeito pela proteção das informações e dados pessoais, seja através da adoção de legislação, implementação de estruturas colaborativas e medidas autorregulatórias e tecnológicas por empresas e usuários.

Relação com os princípios do Decálogo do CGI.br

Liberdade Privacidade e Direitos Humanos

Temas do workshop

Ataques cibernéticos

Participantes

Palestrante: Washington Umpierres de Almeida Junior

UF

SP

Organização

UTI dos Dados Perícias Digitais e Soluções de Dados Ltda.

Setor

Empresarial

Mini biografia

Engenheiro Eletrônico pela USP, especializado em desenvolvimento de negócios pela FDC e especialista em Direito e Tecnologia da Informação pela POLI/USP. Especializado em Perícias Digitais e Segurança Cibernética. Sócio da UTI dos Dados, empresa especializada em perícias digitais e recuperação de dados. Autor do curso de criptografia para hackers na Polônia. Perito Judicial habilitado.

Palestrante: Lélío Braga Calhau

UF MG
Organização Ministério Público de Minas Gerais.
Setor Governamental

Mini biografia

Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Mestre em Direito do Estado e Cidadania - UGF-RJ. Graduado em Psicologia - UNIVALE. Especialista em Psicanálise pela UNIVALE. Especialista em Direito Penal pela Universidade de Salamanca (Espanha). Foi curador da defesa do consumidor do MP-MG de 2010 a 2017. Autor do livro Bullying: o que você precisa saber, 5ª edição, Belo Horizonte.

Palestrante: Bruna Martins dos Santos

UF DF
Organização Coding Rights
Setor Terceiro Setor

Mini biografia

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília e Analista de policy e advocacy na Coding Rights, onde atua com o acompanhamento legislativo para o Radarlegislativo.org com foco em temas como Proteção de Dados Pessoais, Direitos Humanos na Digital e Governança da Internet. Foi também assessora jurídica na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

Moderador(a): Jane Kaunert

UF SP
Organização Kaunerth Direito Digital
Setor Empresarial

Mini biografia

Advogada especialista em Direito Digital e Tecnologia da Informação com foco em Proteção de Dados pela Escola Politécnica da USP e em Propriedade Intelectual pela OMPI. Membro de Grupos de Estudos nacionais e internacionais sobre Proteção de Dados, entre eles o da FIESP e o da Digital Law Academy. Membro da Comissão de Direito Digital da OAB - SP. Mentoring em Programas de Inovação do Sebrae-SP

Palestrante: Coriolano Aurélio de Almeida Camargo Santos

UF SP
Organização Digital Law Academy
Setor Comunidade Científica e Tecnológica

Mini biografia

Doctor of Law (Ph.D). Professor Convidado da CCJ do Congresso Nacional para debater a construção do Marco Civil da Internet, pelo STF para participar de audiências públicas sobre o bloqueio do Whatsapp e o Direito ao esquecimento. Consultor do Conselho Nacional de Justiça para segurança de dados de processos findos (2007). Conselheiro Estadual da OAB SP (2013/2018). Fundador da Digital Law Academy

Relator(a): Carlos Goettenauer

UF DF
Organização Universidade Corporativa do Banco do Brasil
Setor Comunidade Científica e Tecnológica

Mini biografia

Mestrando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB); especialista em Direito Internacional pela PUC-SP e pesquisador licenciado pela Universidade Corporativa do Banco do Brasil